

MULHERES NEGRAS E ESTEREÓTIPOS: CONTRIBUIÇÕES DOS FEMINISMOS NEGROS PARA A (DES)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NOS CONTEXTOS SOCIAIS E MIDIÁTICOS

Flávia Martins dos Santos¹ e Lenise Santana Borges²

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre o modo como os feminismos negros podem contribuir para a (des)construção das identidades dessas mulheres e seu empoderamento. Além disso, pretende-se refletir acerca dos estereótipos relacionados às identidades das mulheres negras no Brasil e o papel das mídias na criação e circulação destes. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, que permitiu a discussão dos conceitos de identidade, interseccionalidade, consubstancialidade, mídias e feminismos negros. Assim, foi possível concluir que as discussões proporcionadas pelos feminismos negros, sobretudo por meio dos conceitos mencionados, ajudam a compreender o duplo efeito desses discursos em contextos midiáticos: podem produzir exclusão social, bem como a partir de uma leitura crítica podem se constituir como importantes ferramentas de crítica e empoderamento para todas as mulheres.

Palavras chave: Gênero. Raça. Interseccionalidade. Mídia.

BLACK WOMEN AND STEREOTYPES: CONTRIBUTIONS OF BLACK FEMINISMS TO THE (DE) CONSTRUCTION OF IDENTITIES IN SOCIAL AND MEDIA CONTEXTS

ABSTRACT

This article aims to reflect on how black feminisms can contribute to the (de) construction of the identities of these women and their empowerment. In addition, we intend to reflect on the stereotypes related to the identities of black women in Brazil and the role of the media in their creation and circulation. The methodology used was the bibliographical and documentary research, which allowed the discussion of the concepts of identity, intersectionality, consubstantiality, *media* and black feminisms. Thus, it was possible to conclude that the discussions offered by black feminists, especially through the concepts mentioned, help us

¹ Doutoranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO. Mestre em Comunicação pela UFG e professora adjunta na mesma instituição - flaviamartins@gmail.com

² Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da graduação e pós-graduação em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO - esinel@uol.com.br

to understand the double effect of these discourses in *media* contexts: they can produce social exclusion, as well as from a critical reading can be important critical and empowering tools for all women.

Key words: Gender. Race. Interseccionalidade. Media.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que os feminismos, em suas várias vertentes e correntes, se tornaram um importante instrumento de reflexão e luta para as mulheres. Importante salientar o fato de que o termo feminismo no plural pois compreende o(s) feminismo(s) como um movimento social, não homogêneo, de luta das mulheres por igualdade de direitos civis, econômicos, sociais e políticos, um movimento tecido por várias vertentes feministas (marxista, radical, liberal, etc.).

Várias conquistas foram alcançadas a partir das práticas e epistemologias feministas. Entretanto, se faz necessário chamar a atenção para um grupo específico de mulheres que sofrem, para além dos problemas e estereótipos de gênero, mas também com os problemas e estereótipos de raça. Collings (2016) afirma que a circulação de estereótipos tem exercido papéis “centrais para a desumanização de mulheres negras e para a exploração do seu trabalho” (COLLINGS, 2016, p.103).

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo principal realizar uma reflexão sobre o modo como os feminismos negros (correntes do feminismo que refletem sobre as particularidades das experiências e vivências das mulheres negras) podem contribuir para a (des)construção das identidades dessas mulheres e seu empoderamento. Além disso, visa refletir acerca dos estereótipos relacionados às identidades das mulheres negras no Brasil, o papel das mídias na criação e circulação destes.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, que permitiu a discussão dos conceitos de identidade, interseccionalidade, consubstancialidade, mídias e feminismos negros. Espera-se que essa discussão possa contribuir para que haja, no contexto dos próprios feminismos, com uma reflexão e consideração maior das especificidades e realidades das mulheres negras no Brasil.

IDENTIDADES, DIFERENÇAS E PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL

No contexto pós-moderno, a questão da identidade cada vez mais tem se tornado provisória, instável e problemática. Para autores pós-coloniais e pós-modernos, essas novas identidades pós-modernas, híbridas e instáveis são resultado de uma fragmentação dos sujeitos que, numa busca frenética por identidade, tomam para si conceitos, estilos e ideologias dispersas, por muitas vezes incompatíveis entre si.

Se faz importante considerar que há casos em que as identidades não são escolhas. Em especial as identidades consideradas como as “desviantes”, muitas vezes estas podem ser impostas e carregar consigo um caráter bastante pejorativo. Por outro lado, as identidades hegemônicas podem parecer tão naturais que não há necessidade de afirmá-las como uma identidade (SILVA, 2000).

Mas, que se entende por identidade? Segundo Silva (2000), há uma pretensa facili-

dade em definir a identidade como aquilo que se é. Entretanto, para além dessa positividade, a identidade se constitui também de tudo aquilo que ela nega, ou seja, há uma relação de dependência entre identidade e diferença.

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos (SILVA, 2000, 75-76).

Considerado tal contexto, é possível dizer que as várias identidades não coexistem sem hierarquizações. De acordo com Silva (2000), se consideradas também como narrativas ou atos de criação linguística, e conseqüentemente, social e cultural, as identidades se inserem num campo de disputas simbólicas e materiais na sociedade.

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 81).

Ao discutir sobre as identidades sob a perspectiva de sexo e gênero, Mathieu (1996) colabora com essa perspectiva ao defender que a hierarquia precede a diferença e afirmar que há uma assimetria entre as identidades. A autora afirma que é necessário pensar não apenas a diferença como constituinte das identidades, mas também a “diferenciação” que se concretiza entre elas. Desse modo é preciso problematizar os binarismos que se constituem na formação das identidades uma vez que estes sempre colocam uma das posições como a regra e a outra com desviante.

Ao pensar essas assimetrias relacionadas à constituição das identidades das mulheres, Mathieu (1996, p. 27) afirma que “sem dúvida existem gêneros ‘homem-mulher’, mas na base e no baixo da escala dos gêneros, bem existem fêmeas: sexo social ‘mulher’. Seguindo a proposta de se pensar as assimetrias derivadas das relações de poder desiguais, é importante falar sobre como são produzidos os discursos sobre mulheres negras, sendo necessário discutir não apenas a questão relativas à sexo/gênero, mas também a constituição das identidades raciais e os processos de exclusão social.

SER MULHER E NEGRA: A INTERSECCIONALIDADE E CONSUBSTANCIALIDADE DAS IDENTIDADES.

Considerando a natureza múltipla das identidades, vários marcadores podem se combinar e afetar diretamente a vida individual e social das pessoas. Dentre os vários marcadores possíveis, este trabalho prioriza os relativos à gênero e à raça. Partindo da perspectiva de que tais marcadores precisam ser problematizados de modo concomitante, e não isoladamente.

Esta seria a proposta da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), que visa pensar a relação entre uma ou mais formas de subordinação e, assim analisar a diferença dentro da diferença. “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2002, p.10).

Tomando por exemplo a questão das mulheres negras, pode-se perceber que estas se tornam muitas vezes invisíveis, e que suas desigualdades tendem a ser desconsideradas tanto no âmbito das lutas de mulheres, que geralmente priorizam as realidades das mulheres brancas, quanto no âmbito das lutas raciais, que tendem a destacar amplamente as discriminações sofridas por homens negros. Em ambos os casos, podemos perceber que a situação das mulheres negras, quando considerada, é uma causa sub incluída nas demais.

Se considerar o viés de gênero, identifica-se, por exemplo, que algumas reivindicações históricas das feministas brancas (e que se tornam então causas universais dos feminismos) como luta contra a desconstrução do estereótipo de fragilidade ou defesa do direito das mulheres de assumirem postos de trabalho para além dos serviços domésticos, acabam por não representar as mulheres negras. Ao contrário, no contexto da cultura brasileira, esta nunca foi a realidade destas mulheres.

Em incontáveis casos, senhoras negras de idade contam histórias de trabalho contínuo sem qualquer descanso, criando os filhos dos brancos, cuidando da faxina de residências e centros comerciais, transportando cargas e permanecendo em pé dias inteiros enquanto trabalham, sem receber qualquer direito trabalhista ou pausa para repouso. Diferente da

mulher branca, a mulher negra jamais teve de reivindicar o direito de trabalhar fora, uma vez que vem exercendo esse tipo de serviço há vários séculos, mesmo contra a sua vontade (ARRAES, 2013, on-line).

Ao considerar as lutas das pessoas negras, percebe-se que outra vez as mulheres negras tendem a não ser representadas, uma vez que ao priorizar a raça, muitas questões específicas que envolvem gênero podem ser invisibilizadas. Desse modo, se faz necessário discutir as identidades e “as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero” (CRENSHAW, 2002, p.8).

Contudo, o conceito de interseccionalidade apresentado por Crenshaw não é uma unanimidade no contexto dos estudos feministas. Kergoat (2010) tece algumas críticas a essa perspectiva, considerando que a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. Ora, não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de interseções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência (KERGOAT, 2010, p. 93).

Segundo a autora, a proposta de uma análise dos vários aspectos de uma mesma identidade, como o caso das mulheres negras, deve considerar a “consustancialidade das relações sociais”, na qual a perspectiva de classe é privilegiada. Sexo, gênero, raça e posição social, por exem-

plo, são analisados em termos de classes (classe sexual, classe de gênero, classe étnica...) visando a compreensão da origem e dos conflitos entre elas.

Segundo Kergoat (2010),

Em particular, tem como consequência a percepção da “raça” como uma possível modalidade de experiência de classe, pois, ao trazer a experiência e o sujeito para o centro das análises, permite a passagem do problema da dominação pura para o problema das resistências, da revolta e da emergência dos movimentos sociais (KERGOAT, 2010, p. 97).

Interseccionais ou consubstanciais, sabemos que ser mulher e negra, em especial no Brasil, pode ser um desafio que leva muitas pessoas a enfrentarem situações de discriminação ora por um aspecto de suas identidades, ora por outros tantos de maneira entrelaçada. Tais entrelaçamentos podem reproduzir situações completamente novas com relação aos outros aspectos identitários tidos como hegemônicos em determinados contextos.

Existem algumas possibilidades de posicionamento consideradas para essas situações segundo Collings (2016). Com base nos estudos de King (1973) e Gilkes (1981) (*apud* Collings, 2016), a autora acredita que explorar estereótipos “positivos” pode parecer uma solução, porém, no longo prazo, podem ser também prejudiciais, caso estes continuem a exercer veladamente a função de mecanismo de controle da imagem desse grupo de mulheres. Por outro lado, essas mulheres podem contribuir muito com as discussões intelectuais e nos movimentos de mulheres considerando a perspectiva singular de suas experiências, o que será discutido no tópico específico sobre os feminismos negros.

MULHERES NEGRAS: AS PARTICULARIDADES DO CASO BRASILEIRO

Principalmente pelo tipo de colonização desenvolvida no Brasil e os modos de relações que se estabeleceram desde o início desse processo, é possível compreender determinados estereótipos que ainda hoje povoam o imaginário popular a respeito das mulheres negras, e que consolidam as bases do racismo e sexismo sofridos por elas.

Nogueira e Saavedra (2007) explicam que foi o jornalista Walter Lippman em 1922 que introduziu o termo estereótipo como forma de explicar a formação da opinião pública, termo que mais tarde encontra, nos campos da sociologia e da psicologia social, lugar para uma ampla produção com variadas teorizações e orientações sobre o assunto. Ainda segundo as autoras esse conceito tem sido utilizado com uma dupla função, como uma forma de explicar os processos de categorização social no sentido de simplificar e organizar as relações no mundo social, mas também como uma maneira de estabelecer distinções entre um grupo e outro, produzindo hierarquizações nas quais um grupo é colocado em uma posição subalterna em relação ao outro. Nesse segundo entendimento, as diferenças tornam-se desigualdades, pois são tomadas como naturais, essencializadas, reduzidas a um único entendimento, buscando-se excluir tudo aquilo que é visto como ameaça a determinadas posições consideradas hegemônicas. O sexismo e o racismo são expressões da ação de estereotipização, na qual um grupo de pessoas é posicionado inferiormente em relação a outro.

Fenômenos como a naturalização do racismo ou o mito da democracia racial brasileira (ARAÚJO, 2008), mascaram a violên-

cia do racismo e suas consequências para os homens e mulheres marcados pela raça. Entretanto, segundo Gonzales (1984, p.226), é preciso “apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel”. A autora traz uma importante contribuição para compreensão desse lugar a partir das noções de “mulata”, “doméstica” “mãe preta”.

Segundo a autora, como que em um conto de fadas, as mulatas experimentam reconhecimento e valorização em um contexto específico da cultura brasileira que é o Carnaval. Supostamente endeusadas e admiradas nesse contexto extraordinário, tais mulheres têm seus poucos minutos de glória para voltarem, o resto do ano, para a triste realidade de seu subjulgamento e suas posições na hierarquia social, racial e de gênero. A mulata seria ainda a mulher negra alvo das fantasias sexuais dos homens brancos que, sob a perspectiva do “branqueamento” (GONZALES, 1984), conquista possibilidades um pouco menos discriminatórias se comparadas às negras de pele bem escura.

Essa mulher que sonha ou vive as fantasias e o reconhecimento do período carnavalesco, é a mesma que, ao voltar para a rotina cotidiana, assume o papel de empregada doméstica nas “casas de família”. Nesse ponto Gonzales (1984) afirma que a noção de mulata se conecta à da doméstica, e ambas remetem ao ideário histórico das mucamas, que eram as negras jovens e de pele mais clara, responsáveis pelos cuidados domésticos da casa grande e, de modo velado, prestar serviços sexuais ao seu senhor branco. Desse contexto surgem vários estereótipos ligados aos comportamentos e ao corpo da mulher negra.

No contexto da casa grande nasce também outra figura emblemática. Se a mucama por vezes era considerada má, principalmente por seduzir os senhores

brancos e supostamente trair sua gente que permanecia nas senzalas, a “mãe preta” carrega consigo o estereótipo da bondade e ternura. Segundo Gonzales (1894), essa noção a respeito da mulher negra também é problemática.

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. [...] Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. (GONZALES, 1984, p.235).

Ao refletir sobre essas noções a autora levanta importantes reflexões para a compreensão da realidade das mulheres negras no Brasil e a forma como são percebidas. Ligadas ao trabalho pesado (pesado demais para as brancas “frágeis”); ao contexto de pobreza determinado pelas (não) condições de vida pós abolição da escravatura; objeto sexual a ser disputado por brancos e negros, porém relegada pelos primeiros apenas ao contexto das aventuras sexuais; e as violências de todas as ordens sofridas em seu corpo, as mulheres negras no Brasil veem tecidas suas realidades e identidades no entrelaçamento das questões de gênero e raça. Não raramente observam também essas questões sendo estereotipadas nas diversas mídias nas quais são representadas.

MÍDIAS E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NEGRAS

Dado o papel cada vez mais crescente das mídias nas sociedades contemporâneas, se faz importante refletir sobre a atuação social desse sistema, bem como sobre as implicações de tal atuação sobre a representação das identidades. As mídias se tornam no mundo moderno ferramentas produtoras de sentidos, que mediam as relações entre as pessoas e seus contextos, bem como as leituras que fazem do mundo.

Partindo desta percepção, entende-se o sistema midiático como locus no qual as relações de poder se estabelecem, as representações são difundidas e por vezes criadas, e os sentidos circulam e produzem a realidade. Por ser um espaço privilegiado do simbólico, o poder engendrado pelos *media* também se configura deste modo. O “poder simbólico” (BOURDIEU, 2010) dos *media* se estabelece e manifesta principalmente por meio dos discursos e das imagens que estes produzem e fazem circular. Esse seria, segundo Bourdieu (2010, p. 14),

poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.

Desse modo os sistemas midiáticos não podem ser entendidos como apenas um meio neutro pelos quais se transmite uma informação, mas pela interpretação do autor. O poder está na legitimidade que é conferida à palavra pelos que a emitem e pelos que a recebem, e não apenas na informação que carregam.

As práticas discursivas que são geradas pela mídia, são capazes de criar e reproduzir estereótipos a respeito das identidades. Mais do que veicular informações, as mídias também produzem saberes e formas específicas de comunicar o que é masculino e feminino, bem como veiculam ideias sobre outros marcadores de diferença, e suas respectivas articulações, como é o caso da raça, da classe social, das sexualidades, etc. (BORGES e SPINK, 2009). Segundo Foucault (2004, p.55), discursos são práticas que sistematicamente “formam os objetos de que falam”, e não se reduzem a um conjunto de signos que remetem a conteúdos ou representações. As maneiras como são valorados os gêneros e as raças implicam na manutenção ou subversão de comportamentos, sentimentos e interdições que ajudam a moldar a vida de homens e mulheres. Tais práticas discursivas tendem a impactar diretamente no modo como a sociedade percebe determinados grupos, como das mulheres negras, e até mesmo como estes grupos se percebem.

Seja nos jornais, revistas, publicidades ou nas produções de filmes ou telenovelas brasileiras, historicamente as mídias de um modo geral tem colaborado para reforçar os estereótipos ligados às mulheres negras discutidos nesse trabalho. Seja pelo viés do gênero, da raça ou de ambos, é possível perceber o modo como ela sustenta e colabora para a manutenção das desigualdades e distorções, sustentando uma violência simbólica (BOURDIEU, 2010). Exemplos do jornalismo, como o caso Míriam França (BRITO JUNIOR, 2015), ou da publicidade, como o anúncio cerveja preta Devassa (VIOMUNDO, 2012) ou a campanha do dia das mulheres de 2014 da Riachuelo (GALVÃO, 2014), são apenas alguns dos que surgem todos os dias.

Há ainda as telenovelas, narrativas televisivas de grande audiência nacional, que

envolvem o espectador pelo aspecto ficcional e pela “realidade” retratada. Segundo Araújo (2008), além dos tradicionais papéis de escravas e empregadas domésticas relegados às negras desde o início da teledramaturgia na década de 1960, também circularam alguns papéis de mães pretas, (como a Dolores, de *O direito de Nascer*), e de mulata sensual “destruidora de lares”. Até a década de 1990, a única personagem negra protagonista havia sido interpretada por uma atriz branca (na novela *Escrava Isaura*). A primeira atriz negra a interpretar uma protagonista foi Taís Araújo em *Xica da Silva*, na mesma década.

A partir dos anos 1980, podemos afirmar que houve uma lenta mas progressiva ascensão do negro na dramaturgia da teleficção. Mesmo assim, identificamos que em um terço das telenovelas produzidas pela Rede Globo até o final dos anos 1990 não havia nenhum personagem afrodescendente. Apenas em outro terço o número de atores negros contratados conseguiu ultrapassar levemente a marca de 10% do total do elenco. Considerando que somos um país que tem uma população de cerca de 50% de afrodescendentes, essa é uma demonstração contundente de que a telenovela nunca respeitou as definições étnico raciais que os brasileiros fazem de si mesmos (ARAÚJO, 2008, p.980)

Para o autor, o “espetáculo da miscigenação das imagens transmitidas do carnaval nos sambódromos do Rio de Janeiro para o mundo não encontra eco na telenovela. Persiste sempre a ideia de superioridade do branco” (ARAÚJO, 2008, p.981), o que apresenta uma relação direta com reflexões apontadas por Gonzales (1984) com relação às percepções e estereótipos relacionados às mulheres negras.

OS FEMINISMOS NEGROS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E IDENTIDADES DAS MULHERES NEGRAS

Partindo do pressuposto de que “o pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (COLLINGS, 2016, p.101), pode-se considerar os feminismos negros como uma esperança na desconstrução das imagens estereotipadas e na reformulação de suas próprias identidades.

Os feminismos negros fazem parte de uma corrente dos feminismos que objetivam dar centralidade para as realidades, experiências e vozes das mulheres negras, entendendo-as como protagonistas para uma reflexão crítica acerca de desigualdades consubstanciais/interseccionais de gênero e raça. De um modo geral, o pensamento feminista negro tem oferecido um amplo referencial teórico crítico para se pensar as sociedades, em especial a brasileira, marcada por processos culturais e históricos que subjagam estruturalmente pessoas negras.

Segundo Arraes (2014), no Brasil os feminismos negros surgiram na década de 1970, a partir dos questionamentos das feministas negras a respeito da face sexista do movimento negro, que sustentava desigualdades entre homens e mulheres, bem como a face racista do movimento feminista, no qual as pautas contemplavam quase que exclusivamente as mulheres brancas. Segundo a autora, o feminismo negro surge então para colocar em pauta questões periféricas que são muitas vezes repudiadas ou esquecidas pelo status quo, mas que afetam diretamente a vida cotidiana de grande parte das mulheres brasileiras.

Com relação à reflexão a respeito das identidades, Collings (2016) afirma que, na constituição do pensamento feminista negro encontram-se duas questões-chave: a “autodefinição” e a “autoavaliação”.

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINGS, 2016, p.102).

A possibilidade da autodefinição faz com que as mulheres negras assumam a responsabilidade sobre suas próprias histórias e representações, restituí-lhes um campo de poder e o status de “sujeitos humanos”. “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade” (SILVA, 2000, p.91). Considera-se desse modo tanto a autodefinição quanto a autoavaliação como meio pelo qual as mulheres negras podem assumir poderes sobre suas representações, num primeiro nível intelectual e de lutas de raça/gênero, mas também de pressionar e criar novas imagens e representações midiáticas.

Gloria Anzaldua, Bell Hooks, Angela Davis, Kemberle Crenshaw, Lelia Gonzales, dentre outras, são algumas das autoras que têm produzido reflexões na área dos feminismos negros bem como contribuído para pensar estratégias para o combate aos estereótipos em relação às mulheres negras/índigenas. Em uma proposta que arti-

cula produção acadêmica e ativismos essas mulheres fazem uso da crítica feminista pós-colonial para desconstruir naturalizações e preconceitos que permeiam e limitam a vida de muitas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das definições e reflexões apresentadas ao longo desse trabalho, acreditamos que é possível e necessário a participação dos feminismos, em especial os feminismos negros, nos vários âmbitos de disputas de poder, sejam elas no campo acadêmico, dos movimentos sociais ou da própria vida cotidiana. Sabe-se que não é a condição de subalternidade, necessariamente, que permite ou impulsiona as pessoas a questionarem valores sociais e culturais, uma vez que “o sujeito das lutas não se justapõe ao sujeito da dominação” (KERGOAT, 2010, p.95). Entretanto, acredita-se que o conhecimento produzido por mulheres negras, que tomaram consciência de sua situação e como ela se construiu, refletindo assim a partir da própria experiência, é fator essencial para questionar as identidades impostas a cada uma das mulheres de todos gêneros, raças e classes. Identidades estas que se impõe ao longo da história e da cultura, como no caso das mulheres negras, e se reforça por meio dos estereótipos que a mídia produz e faz circular.

Além do objetivo principal de discutir as contribuições dos feminismos negros para a (des)construção das identidades das mulheres negras, esse artigo objetivou também refletir sobre os estereótipos relacionados à essas mulheres e o papel da mídia na construção e reprodução destes. Discute-se como, no Brasil, vários estereótipos estão ligados principalmente ao contexto escravocrata, mas que ainda hoje perduram e são

veiculados em programas e peças midiáticas de vários tipos, sustentando preconceitos e construindo as identidades das mulheres negras brasileiras. Em um país com as características de gênero e raça como o Brasil, mas que ainda sustenta um certo racismo velado, discussões como estas se fazem importantes em todos os meios, em especial o acadêmico e científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANZALDÚA, G. La P. **Debate Feminista**, Mexico, Ano 12. Vol. 24. Out. 2001, 129-141.
- ARAÚJO, J. Z. O negro na dramaturgia: um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.
- ARRAES, J. **A mulher negra e o sexo frágil**. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2013/08/01/a-mulher-negra-e-o-sexo-fragil/>>. Acesso em: 14 jul. 2016.
- ARRAES, J. **Feminismo negro**: sobre minorias dentro da minoria. 2014. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BORGES, L.S.; SPINK, M. J. P. Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: destabilização de modelos hegemônicos. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 442-452, Dec. 2009.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRITO JUNIOR, B. T. de. Confrontos da mídia no caso Miriam França. In: **Observatório da imprensa**. Ed. 833. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed833_confrontos_da_midia_no_caso_miriam_franca/. Acesso: 17 mai. 2015.
- COLLINGS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan. 2016.
- CRENSHAW, K. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2016.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GALVÃO, M. **Dia da mulher brasileira**: propaganda Riachuelo 03/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3GPFMI5WtFI>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- KERGOAT, D. Consustancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 84, 2010, p.93-103.
- MATHIEU, N. Sexual, sexed and sex-class identities: three ways of conceptualizing

the relationship between sex and gender. In: LEONARD, D.; ADKINS, L. (Org.) **Sex in question: French materialist feminism**. Oxon: Taylor&Fancis, 1996 [1989], p. 42-71.

NOGUEIRA, C.; SAAVEDRA, L. Estereótipos de género: conhecer para transformar. **Cadernos SACAUCF**, Lisboa: Ministério da Educação, 2007.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIOMUNDO, 2012. **Conar**: propaganda de cerveja terá que ser mudada. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/conar-propaganda-de-cerveja-tera-de-ser-mudada.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.